

Declarações “problemáticas” na prática jornalística O cordão sanitário midiático belga e o jornalismo declaratório

ARTHUR SILVA DE ARAÚJO

*Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil*

ID 3129

Recebido em
05.02.2025
Aceito em
12.08.2025

DAVID DOMINGO

*Université Libre de Bruxelles
Bruxelas, Bélgica*

LIA DA FONSECA SEIXAS

*Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil*

A visibilidade de declarações vistas como prejudiciais à democracia é uma das principais preocupações atuais da sociedade brasileira. Este artigo apresenta o cordão sanitário midiático da Bélgica francófona, que limita a circulação ao vivo de declarações com discurso de ódio, discriminatório ou violento, como estratégia para reduzir a circulação desses conteúdos. O texto discute a seleção de declarações “problemáticas” a partir da perspectiva de jornalistas do país, apreendida por meio de entrevistas e de publicações on-line. Compreendemos que o cordão sanitário está fortemente vinculado a um contexto social e reflete uma cultura jornalística específica.

Palavras-chave: Jornalismo declaratório. Cordão sanitário midiático. Visibilidade.

“Problematic” Statements in Journalistic Practice: The Belgian Media Cordon Sanitaire and the Declaratory Journalism

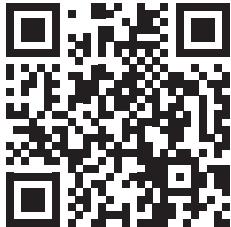
The visibility of statements seen as damaging to democracy is one of the main concerns of Brazilian society today. This article presents the media “cordon sanitaire” in French-speaking Belgium, which limits the live circulation of hateful, discriminatory or violent statements as a strategy to reduce the circulation of such content. The text discusses the selection of “problematic” statements from the perspective of the country’s journalists, as seen through interviews and online publications. We understand that the “cordon sanitaire” is strongly linked to a social context and reflects a specific journalistic culture.

Palavras-chave: Declaratory journalism. Media “cordon sanitaire”. Visibility.

Declaraciones “problemáticas” en la práctica periodística: el cordón sanitario mediático belga y el periodismo declarativo

La visibilidad de declaraciones consideradas perjudiciales para la democracia es una de las principales preocupaciones de la sociedad brasileña actual. La visibilidad de declaraciones consideradas perjudiciales para la democracia es una de las principales preocupaciones de la sociedad brasileña actual. Este artículo presenta el cordón sanitario mediático en la Bélgica francófona, que limita la circulación en directo de declaraciones de odio, discriminatorias o violentas como estrategia para reducir la circulación de tales contenidos. El texto analiza la selección de declaraciones “problemáticas” desde la perspectiva de los periodistas del país, a través de entrevistas y publicaciones en línea. Entendemos que el cordón sanitario está fuertemente ligado a un contexto social y refleja una cultura periodística específica.

Palabras clave: Periodismo declarativo. Cordón sanitario mediático. Visibilidad.



ORCID

Arthur Silva de **ARAÚJO**

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (Póscom-UFBA). Membro do Núcleo de Estudos em Jornalismo (NJor) e do Laboratório de Práticas e Identidades Jornalísticas (LaPIJ) da Université Libre de Bruxelles (ULB).

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

E-mail: arthurs.a@hotmail.com



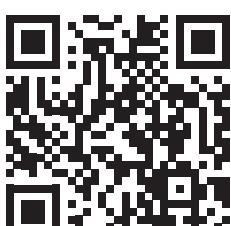
ORCID

David **DOMINGO**

Doutor em Jornalismo pela Universitat Autònoma de Barcelona e professor da Université Libre de Bruxelles (ULB). Cofundador do Laboratório de Investigação em Jornalismo (LaPIJ).

Université Libre de Bruxelles, Bruxelas, Bélgica

E-mail: david.domingo@ulb.be



ORCID

Lia da Fonseca **SEIXAS**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (Póscom-UFBA), com pós-doutorado pela Université Libre de Bruxelles (ULB) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Póscom-UFBA. Coordenadora do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Jornalismo (njorufba.com.br).

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

E-mail: liaseixas@gmail.com

Introdução

A chegada de uma direita radical populista⁰¹ ao poder no mundo (Mudde, 2007; Rooduijn, 2015) aumentou a pressão sobre a atuação da mídia tradicional, principalmente do jornalismo, sobre como tratar determinados atores e o que eles dizem. Existe um temor de que a publicação de determinadas declarações possa disseminar, reforçar ou normalizar conteúdos impróprios que são parte intrínseca de sua estratégia de comunicação.

O jornalismo focado em declarações, inclusive aquelas com conteúdos considerados problemáticos, é chamado pelos críticos de *jornalismo declaratório* e costuma ser tratado como uma abordagem passiva, em que há pouca mediação e interferência do jornalista sobre o que as fontes dizem (Vázquez-Bermúdez, 2006; Kovach; Rosentiel, 2010). Enquanto prática, o jornalismo declaratório articula-se a um contexto social complexificado, potencializado pela precariedade estrutural das redações (Munive, 2016), que amplia a dependência das assessorias de imprensa (Vázquez-Bermúdez, 2006) e estimula a produção de um jornalismo sentado, que acessa facilmente declarações de fontes a partir das plataformas de redes sociais (Roca; Gordillo, 2021; Zago, 2011).

A atuação do jornalismo nesse processo se torna mais relevante, já que as redes sociais são utilizadas de forma eficiente pela direita radical populista como plataforma de espalhamento de conteúdo (Recuero; Soares, 2021; Rodrigues; Ferreira, 2020). Léonie de Jonge (2019) delimita três abordagens possíveis da mídia para tratar os atores de direita radical populista: a *demarcação*, a *confrontação* e a *acomodação*. A primeira busca o silenciamento desses atores visando sua ostracização. A segunda trata de adotar uma perspectiva abertamente crítica ao seu discurso, mas sem excluí-los: eles passam a ser considerados correntes políticos normais, mas que devem ser estigmatizados e expostos. Já a acomodação sugere a oferta de acesso direto a esse grupo, garantindo tribuna livre para que espalhem sua mensagem (De Jonge, 2019).

Neste artigo, iremos apresentar e analisar o caso da Bélgica francófona, um exemplo relevante de ecossistema midiático que adotou uma estratégia de demarcação dos atores políticos antidemocráticos. Há mais de 30 anos, é colocado em prática o chamado *cordão sanitário midiático*, que impede o acesso direto aos meios de comunicação por atores políticos cujo programa partidário inclua ideias ou valores discriminatórios, violentos ou de ódio. Pretendemos apresentar a estratégia, suas regras, o processo histórico de implantação, o contexto social na qual se insere e as controvérsias que a cercam.

Na primeira parte, aprofundaremos a fundamentação teórica do jornalismo declaratório, além de examinar o que há por trás da classificação de certas declarações como problemáticas. No momento seguinte, apresentaremos o contexto belga, o processo de estabelecimento do cordão sanitário midiático e o que isso significa na prática. A parte central do artigo traz a compreensão de jornalistas e representantes de organizações reguladoras da imprensa belga sobre a estratégia.

O jornalismo declaratório e as declarações problemáticas

A ideia de um jornalismo declaratório aparece na literatura por meio de diferentes nomenclaturas. São termos que dão conta do mesmo fenômeno, mas que trazem concepções que avançam por diferentes caminhos. Miguel Vázquez-Bermúdez (2006), principal referência nos estudos em espanhol sobre este tema, traz o conceito de *periodismo de declaraciones*, baseado na ausência de mediação, no qual “o jornalista não informa sobre um feito, mas repassa a notícia à sua audiência sem maior comprovação do que a suposta

01 Cas Mudde (2007) se refere, por “direita”, à crença em uma ordem natural com desigualdades sociais, enquanto “radical” seria a oposição aos valores fundamentais da democracia liberal.

legitimação social do informante”⁰² (Vázquez-Bermúdez, 2006, p. 258, tradução nossa). Em linha próxima, Bill Kovach e Tom Rosentiel (2010), que cunharam o termo *journalism of assertion*, refletem a partir ausência de contraposição por parte dos jornalistas.

Onde quer que você encontre um interlocutor, o jornalista, ou provedor de conteúdo simplesmente deixando as pessoas falarem, sem qualquer esforço para checar os fatos ou desafiar asserções ou perguntar por evidências [...] você entrou no domínio do jornalismo de asserção⁰³ (Kovach; Rosentiel, 2010, p. 133, tradução nossa).

Mario Munive (2016) relaciona a prática à publicação de opiniões. O autor acrescenta que esse tipo de jornalismo publica o que é dito por figuras notórias e influentes. A prática do jornalismo declaratório também é vista a partir da articulação de diferentes dimensões, que interferem na forma como as declarações publicadas chegam ao debate público (Araújo, 2023).

O jornalismo declaratório pode ser compreendido enquanto um fenômeno onde os meios noticiosos fazem circular, sem tensionamento e em espaço de grande visibilidade, declarações que possam ser nocivas ao debate público, proferidas por fontes com poder de influência junto à opinião pública, sobre temas relevantes para o contexto social em questão (Araújo, 2023, on-line).

No Brasil, pesquisas sobre o jornalismo declaratório indicam que a cobertura jornalística de declarações privilegia a reprodução do que dizem as fontes de informação, sem qualquer contraponto (Barsotti, 2023; Gehrke *et al.*, 2023). Entende-se que esse jornalismo se constitui de matérias que trazem majoritariamente uma única fonte, principalmente oficiais (Chagas; Cruz, 2022), estando a prática estreitamente relacionada à dependência dos jornalistas às fontes profissionalizadas (Chagas, 2022).

As declarações são um objeto de realidade do jornalismo (Seixas, 2009), podendo ser ela mesma o fim de uma cobertura. J.L. Austin (1990) defende que falar é fazer, que o ato de fala causa um efeito prático. Declarar pode ser prometer, contrapor, posicionar-se politicamente. Estudiosos propuseram-se a verificar as variações na ocorrência de declarações no jornalismo ao longo do tempo (Lefkowitz, 2016; Landert, 2015; Jufer; Berger, 2014; Ekström, 2006). No geral, identifica-se uma tendência para o crescimento do uso de citações diretas, assim como a redução do seu tamanho.

Dar visibilidade ao que dizem os atores sociais é visto também como função (Schudson, 2008; Reginato, 2016) ou princípio do jornalismo (Kovach; Roseniel, 2021). As citações desempenham, ainda, funções específicas no próprio texto (Zelizer, 1989; Tuchman, 1999; Nylund, 2003; Obiedat, 2006; Landert, 2015), tais como: conferir autoridade ao jornalista e legitimar sua narrativa; retirar a responsabilidade do profissional sobre o que é dito pela fonte; permitir ao jornalista dizer o que não poderia com sua própria voz; reforçar a factualidade do texto; colorir e dar vida ao noticiário, apresentar emoções e experiências pessoais.

Mesmo que o uso de citações esteja consolidado pela prática profissional, ainda se discute qual declaração deve ser objeto de cobertura, ou como os diversos tipos de declaração devem ser tratados, já que certos conteúdos, inclusive os declaratórios, podem ser considerados problemáticos. Para Caroline Jack (2017, p. 1, tradução nossa), tais conteúdos “São imprecisos, enganosos, inapropriadamente atribuídos ou totalmente fabricados”⁰⁴. Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017), ao tratarem de um quadro de desordem da informação, citam a existência de “conteúdos problemáticos”.

02 No original: “[...] el periodista no informa de un hecho, sino que traslada la noticia a su audiencias sin más comprobación que la supuesta legitimación social del informante”.

03 No original: “Wherever you find the interlocutor, the journalist, or content provider simply letting people talk, without any effort to check facts or challenge assertions or ask for evidence (...) you have entered the realm of the journalism of assertion”.

04 No original: “[...] it is inaccurate, misleading, inappropriately attributed, or altogether fabricated”.

A ideia de conteúdos problemáticos, no entanto, não surge no contexto da complexa dinâmica de circulação informacional contemporânea. Ao abordar a cobertura de emissoras de TV americanas à Guerra do Vietnã, Daniel Hallin (1986) propôs três categorias para acomodar o conteúdo noticiado: o *consenso*, a *controvérsia legítima* e o *desvio*. Na primeira, enquadram-se os objetos que não são vistos como conflituosos pela sociedade, podendo ser noticiados sem oposição e até mesmo celebrados. A segunda é a região do debate público, que ao ser noticiado requer maior ênfase em valores como objetividade e equilíbrio. Já o desvio engloba o domínio dos atores e pontos de vista considerados indignos de serem ouvidos (Hallin, 1986).

Ao tratar dos tipos de publicidade relacionados à noção de *esfera pública*, Gomes (2008) fala da existência de razões não públicas. O autor aponta que a “publicidade das razões” está diretamente relacionada à sua capacidade de ser admitida ou considerada por um auditório universal – admitida, nesse caso, significa ser merecedora de consideração. Já algumas razões seriam não públicas, pois “não podem ser admitidas em público sob pena de rejeição” (Gomes, 2008, p. 156).

A ideia de um jornalismo declaratório está também relacionada à existência de conteúdos considerados nocivos, isso porque “contribuiria com a circulação de informações que poderiam, ao contrário de colaborar com o debate público, tumultuá-lo” (Araújo, 2023, on-line). Os léxicos que falam da desordem informacional apontam tipologias de conteúdos problemáticos como falsas conexões, conteúdo errôneo, contextos falsos, conteúdo impostor, manipulado ou fabricado, vazamentos, assédio, discurso de ódio e propaganda (Wardle; Derakhshan, 2017).

O cordão sanitário midiático na Bélgica francófona

A zona francófona da Bélgica, que corresponde à maior parte das regiões de Bruxelas-Capital e da Valônia, emprega uma estratégia para contenção da circulação de declarações consideradas problemáticas. Conhecido como cordão sanitário midiático, trata-se de um acordo entre veículos de comunicação que parte da ideia de que determinados atores políticos não podem ter tribuna livre para se expressar na imprensa, com base no teor do que defendem e acreditam.

A história do cordão sanitário midiático remonta ao dia 24 de novembro de 1991, conhecido como o “domingo negro” pelo fato de um partido de direita radical populista, o então nominado Vlaams Blok, ter conseguido, pela primeira vez, um resultado eleitoral expressivo, conquistando 12 dos assentos destinados à região de Flandres (de língua holandesa ou flamenga) na Câmara Federal⁰⁵. O resultado acendeu o alerta da comunidade política, resultando na construção de um cordão sanitário político, em que os partidos de vertente democrática comprometeram-se a não compor um governo com a direita radical populista, impedindo sua ascensão ao poder federal, entre outros atos que visavam dificultar sua legitimização, como a não participação em debates midiáticos com membros do VB⁰⁶.

Os próprios meios de comunicação, principalmente da Bélgica francófona, abraçaram a iniciativa. Em dezembro de 1991, a Radio-Télévision Belge de la Communauté Française (RTBF), rede de comunicação pública francófona, decidiu recusar o acesso a debates e a transmissões ao vivo a “representantes de partidos que não aceitam e não respeitam os princípios de base da democracia tais quais consagrados na

05 O Poder Legislativo belga é bicameral: a Câmara dos Representantes conta com 150 membros eleitos diretamente por sufrágio universal, sendo 62 parlamentares de língua francesa e 88 de língua holandesa. O Senado possui 60 vagas, das quais 50 ocupadas por indicados dos parlamentares e 10 são definidas pelo resultado das eleições. O sistema de votação, então, tem base na comunidade linguística. Cada região possui os seus próprios partidos.

06 O cordão sanitário político é regulamentado pela Carta da Democracia, assinada pela primeira vez em 8 de maio de 1993 e renovada com atualizações em 8 de maio de 1998 e em 8 de maio de 2022.

Convenção Europeia dos Direitos Humanos”⁰⁷ (Biard, 2021, p. 7, tradução nossa)⁰⁸. O ato tinha como base a lei de 16 de julho de 1973, chamada Lei do Pacto Cultural, e o próprio decreto estatutário da RTBF (Biard, 2021).

A atitude acabou sendo adotada pelos demais meios de comunicação francófonos, mesmo sem qualquer tipo de regulamentação oficial. A primeira norma escrita veio apenas em 1999, quando o Conseil Supérieur de L’Audiovisuel (CSA), responsável pela regulação do setor de mídia audiovisual, editou um documento com recomendações para a cobertura do pleito eleitoral daquele ano. O documento é renovado a cada eleição e teve, em 2011, a aprovação do Governo da Comunidade Francesa, a partir de quando sua aplicação se tornou obrigatória em períodos eleitorais (Biard, 2021). A versão mais recente, publicada em 25 de outubro de 2023, orienta:

Os editores não devem dar acesso direto em seus serviços de mídia audiovisual e no conteúdo associado que desenvolvem em outras plataformas à expressão de representantes de partidos políticos, movimentos ou tendências que pertençam a escolas de pensamento não democráticas ou que defendam ou tenham defendido habitualmente doutrinas ou mensagens que: visem incitar a discriminação, o ódio ou a violência contra qualquer pessoa, grupo ou comunidade em razão do sexo, da alegada raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica; contendo elementos que tendem a negar, minimizar, justificar ou aprovar o genocídio cometido pelo regime nacional-socialista alemão durante a Segunda Guerra Mundial ou qualquer outra forma de genocídio; baseadas em distinções, no gozo dos direitos e liberdades reconhecidos pela Convenção Europeia [...]; com o objetivo de destruir ou limitar os direitos e liberdades garantidos pela ordem jurídica belga⁰⁹ (CSA, 2023, p. 8, tradução nossa).

Outro órgão que possui normatizações escritas é o Conseil de Déontologie Journalistique (CDJ). Em sua última edição, lançada em 7 de julho de 2023, o órgão convida as redações a não concederem acesso direto à expressão a candidatos, listas, partidos ou movimentos que esses veículos identifiquem como “liberticidas ou antidemocráticas, ou cujo programa ou discurso considerem estar em contradição com as leis contra o racismo, o sexismo, a discriminação ou a negação do Holocausto”¹⁰ (CDJ, 2023, p. 5, tradução nossa). Os órgãos destacam que não é, contudo, proibido entrevistar esses atores: “A recusa de permitir a expressão direta desses partidos, listas, movimentos ou candidatos não impede que estes sejam mencionados ou apresentados em artigos ou programas em que essas fontes sejam objeto de tratamento jornalístico”¹¹ (CDJ, 2023, p. 6, tradução nossa).

A obrigatoriedade da aplicação dessas normas é restrita aos períodos eleitorais. Os meios de comunicação, no entanto, adotam-nas voluntariamente como princípio geral de cobertura mesmo em períodos sem eleições em andamento. Apesar de ter se estabelecido de forma sólida na Valônia e na Capital belga, o mesmo não aconteceu na região de Flandres, de língua holandesa ou flamenga, justamente onde a direita radical populista obteve o êxito eleitoral que desencadeou o surgimento da estratégia.

07 No original: “représentants de partis qui n’acceptent pas et ne respectent pas les principes de base de la démocratie tels que consacrés dans la Convention européenne des droits de l’homme”.

08 Todas as declarações de trechos ou de entrevistas foram traduzidas por nós.

09 No original: “Les éditeurs ne donnent pas d'accès direct sur leurs services de médias audiovisuels et dans les contenus associés qu'ils développent sur d'autres plateformes, à l'expression des représentants de partis, mouvements ou tendances politiques relevant de courants d'idées non démocratiques ou prônant ou ayant prôné habituellement des doctrines ou messages; incitant à la discrimination, à la haine ou à la violence à l'égard d'une personne, d'un groupe ou d'une communauté en raison de leur sexe, de leur prétendue race, de leur couleur, de leur ascendance ou origine nationale ou ethnique ; contenant des éléments tendant à la négation, la minimisation, la justification, l'approbation du génocide commis par le régime national-socialiste allemand pendant la seconde guerre mondiale ou tout autre forme de génocide; basés sur des distinctions, dans la jouissance des droits et libertés reconnus par la Convention européenne [...]; visant à la destruction ou à la limitation des droits et libertés garantis dans l'ordre juridique belge”.

10 No original: “liberticidas ou antidemocráticas, ou dont elles constatent que leur programme ou leur discours entre en contradiction avec les lois réprimant le racisme, le sexisme, la discrimination ou le néo-nazismo”.

11 No original: “Refuser l'expression directe de ces partis, listes, mouvements ou candidats n'empêche pas d'en faire état ni de leur consacrer des articles, des reportages ou des émissions en différé, où ces sources font l'objet d'un traitement journalistique”.

Os veículos jornalísticos flamengos chegaram a adotar estratégias de diferenciação, havendo o entendimento de que representantes dessa ideologia não poderiam ter o mesmo tratamento que os demais: “Ao invés de isolar, os jornalistas flamengos preferiram confrontar as opiniões desse partido de uma maneira particularmente crítica”¹² (De Jonge, 2021b, p. 1, tradução nossa). Essa ideia se enfraqueceu com o tempo, principalmente quando, em 2004, o Vlaams Blok se repaginou, mudando o nome para Vlaams Belang. Atualmente, a mídia se porta de maneira mais tolerante, tendendo à normalização do partido (De Jonge, 2021b).

Dados oficiais indicam que, em Flandres, a direita radical populista apresentou resultados crescentes até 2004, quando chegou a receber 24,2% dos votos, mas decaiu nas duas eleições seguintes, chegando a 5,9% em 2014. Em 2019, voltou a crescer, obtendo 18,5% dos sufrágios, e, em 2024, obteve seu melhor patamar, com 22,6% dos votos e 31 eleitos. Na Valônia, os partidos da direita radical nunca ultrapassaram os 5%. Em 2024, o Chez Nous, que faz parte do espectro, obteve apenas 2,8% dos votos¹³.

Metodologia

Este estudo buscou conhecer o debate em torno do cordão sanitário midiático entre os atores envolvidos e as controvérsias que o cercam. Realizamos entrevistas semiestruturadas (Glaser; Strauss, 1967; Foley *et al.*, 2021) e examinamos textos analíticos disponíveis na internet. As entrevistas foram realizadas com questionário fechado (Duarte, 2005), mas não extremamente restrito. Nossa pesquisa construiu questionários específicos para cada categoria de entrevistados, de modo a extrair o melhor de cada expertise. Nos demos, ainda, a liberdade de aprofundar ou reformular questões durante a entrevista para obter respostas mais qualificadas.

Entrevistamos seis profissionais, entre jornalistas em posição de chefia e membros de instituições de regulação. São eles: a conselheira de Proteção de Menores, Dignidade Humana, Ética Jornalística, Direito Público à Informação e Informações Políticas durante períodos eleitorais do Conseil Supérieur de L'Audiovisuel (CSA), Geneviève Thiry; o presidente do Conseil de Déontologie Journalistique (CDJ) e diretor geral da Rede BX1, Marc de Haan; a redatora-chefe do site DaarDaar, Joyce Azar; o diretor de informação da Radio-Télévision Belge de la Communauté Française (RTBF), Jean-Pierre Jacqmin; o redator-chefe do jornal *Le Soir*, Christophe Berti; e o redator-chefe do impresso *La Libre*, Dorian de Meeûs. Procuramos instituições diretamente envolvidas na regulamentação da estratégia e veículos ou redes de comunicação que tenham audiência relevante, considerando como indicador o relatório do Instituto Reuters de 2023 (Digital..., 2023). As entrevistas foram realizadas, pessoalmente ou por videoconferência, nos meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024 com os profissionais que responderam nossa solicitação.

Outra forma de acessar o discurso profissional se deu pela análise de textos publicados na internet, nos quais os atores do campo jornalístico opinam ou analisam o cordão sanitário midiático belga: identificamos 12 textos produzidos sobre o tema entre os anos 2018 e 2023. Os textos foram divulgados por 7 diferentes veículos de comunicação, sendo 5 da região Valônia-Bruxelas e 2 da federação de Flandres¹⁴. Esses textos tinham opinião ou análise de 25 diferentes atores, entre jornalistas e representantes de classe.

No que se refere à entrevista de pesquisa realizada com jornalistas, consideramos ser necessário um olhar crítico específico, uma vez que se trata de profissionais familiarizados com o uso e a praxe do método (Broustau *et al.*, 2012). Os autores indicam que a fala do jornalista, como a de outros profissionais,

¹² No original: “au lieu d’isoler le Vlaams Blok, le journalisme flamand a préféré se confronter aux opinions de ce parti d’une manière particulièrement critique”.

¹³ Dados oficiais do Governo da Bélgica disponíveis em: <https://elections2024.belgium.be/fr>. Acesso em: 20 dez. 2025.

¹⁴ Por uma limitação linguística, acessamos apenas os textos da região de Flandres disponíveis em francês. Isso foi possível por meio do site Daar Daar, que tem como objetivo tornar as publicações da mídia flamenga acessíveis ao público francófono.

vai apresentar sua individualidade, ao mesmo tempo que traz uma produção coletiva e traços da história do grupo. Nesse sentido, buscamos ter sempre em vista que os discursos apresentados não são neutros: por mais que busquem uma reflexão crítica sobre a estratégia utilizada, também trazem intrinsecamente formas de defesa e justificativa de sua própria cultura profissional.

Para nos aprofundarmos no debate em torno do cordão sanitário, agrupamos opiniões e análises desses atores em torno dos seguintes eixos: o que é a prática; a quem ela se aplica; quais os efeitos estimados; censura e liberdade de expressão; e o contexto no qual se insere. Os argumentos em cada eixo foram contrastados de forma a identificar concordâncias e controvérsias sobre a estratégia entre os atores.

Como os jornalistas entendem o cordão sanitário midiático?

Um primeiro interesse desta pesquisa foi verificar se a compreensão do que seria o cordão sanitário midiático era homogênea entre os jornalistas. A prática é apoiada por todos os profissionais entrevistados, e pôde ser percebido em algumas argumentações que existe o interesse de desvincular a estratégia de um viés político, acomodando-a na esfera do cumprimento da lei. “Para mim, o cordão sanitário é um conceito político que não se aplica aos jornalistas. O que o jornalista deve respeitar em seu trabalho é a Lei, a deontologia, sua ética pessoal e seu senso de responsabilidade social”, defende François Brabant, jornalista fundador da revista *Wilfried* (Comhaire, 2022). O editor chefe da RTBF, Jean-Pierre Jacqmin, explicou que passou a adotar, junto ao CDJ, a denominação Responsabilidade Social e Democrática da Mídia.

O que isso significa? Significa que quando achamos que uma pessoa, um movimento ou um partido pode fazer ou fez comentários que são contra a lei [...] não os convidamos para nossos programas de entrevistas ao vivo. É uma forma de garantir nossa responsabilidade editorial e não nos considerarmos coautores ou cúmplices (Jacqmin – entrevista, 22 jan. 24).

O discurso mostra que existe uma ideia uniforme sobre as diretrizes de aplicação, sobre o que é permitido e o que não é, guiada principalmente pelas regulamentações propostas para períodos eleitorais. Os jornalistas entendem que podem publicar qualquer tipo de declaração, desde que passem por um tratamento jornalístico, descrito a partir de termos diversos como “contextualizar”, “enquadrar”, “colocar em perspectiva” e “confrontar”. “Nós recontextualizamos. Nós confrontamos, quando necessário. Quando apropriado dizemos que certos comentários flertam com os limites legais ou os ultrapassam. [...] Existe uma verdadeira reflexão e um verdadeiro trabalho editorial”¹⁵, explica o jornalista Baptiste Hupin (Falcinelli, 2020, on-line, tradução nossa).

Por outro lado, não são realizados debates ou entrevistas ao vivo de modo que não seja ofertado “microfone aberto”, “antena livre” ou “tribuna livre” a determinados atores. “A interpretação do cordão midiático é vasta e cada mídia o aplica um pouco à sua maneira. Mas normalmente o cordão não dá a palavra à extrema-direita ao vivo. Isso quer dizer que se pode fazer uma entrevista desde que ela seja trabalhada”, explica a editora-chefes do portal Daar Daar, Joyce Azar (entrevista, 18 dez. 23). Para o presidente do CDJ e editor-chefes da BX1, Marc de Haan (entrevista, 18 jan. 24), há uma perda de controle quando se entrevista alguém ao vivo, “Porque o ao vivo não permite realmente contextualizar, não permite facilmente realizar um *fact-checking*. [...] Além disso, a mensagem é transmitida de forma muito forte”.

Apesar de haver clareza sobre as diretrizes, ainda há certa imprecisão nos discursos sobre a quais tipos de atores a regra se aplica. Os jornalistas reforçam que o cordão é voltado para políticos e partidos com discurso racista, homofóbico, sexista e antidemocrático. As reflexões, no entanto, deixam transparecer que

¹⁵ No original: “On recontextualise, on confronte quand c'est nécessaire, le cas échéant on dit que certains propos flirtent avec les limites légales ou les dépassent. [...] Il y a eu une vraie réflexion et un vrai travail éditorial”.

o alvo que permeia o seu imaginário ainda é a extrema-direita, que parece ser compreendida como a materialização de todos os critérios presentes na norma, como podemos ver na explicação da jornalista Sylvia Falcinelli (2019, on-line, tradução nossa): “O cordão sanitário midiático implica em não deixar o campo livre para a palavra da extrema-direita, sem proteção”¹⁶. O jornalista Grégoire Comhaire destaca que a estratégia impede que “políticos e políticas de extrema-direita tomem a palavra livremente”¹⁷ (Comhaire, 2022, p. 5 , tradução nossa).

Geneviève Thiry, conselheira do CSA, defende que não se trata de uma confusão, mas de uma consequência da evolução natural da estratégia. Ela explica que, em sua origem, o cordão de fato visava apenas a extrema-direita, pois era onde estava o perigo.

Depois disso, [...] acho que ampliamos a noção de extrema-direita. Assim, dissemos, naquele momento, partido liberticida. Estávamos possivelmente visando os partidos extremistas muçulmanos. Porque tivemos um ou dois deles nas eleições locais. Havia partidos que faziam discursos que eram realmente discriminatórios [...] Então, as regras, agora datadas de 25 de outubro de 2023, acabaram de ser alteradas a pedido do setor e se referem a uma corrente que não respeita os valores democráticos (Thiry – entrevista, 10 jan. 24).

Quais os efeitos estimados quando se aplica o cordão sanitário na mídia?

Existe, entre os jornalistas, a ideia de que entregar um microfone aberto à extrema-direita poderia lhe assegurar mais um canal de ampliação de sua popularidade. Ao mesmo tempo, a maioria não acredita que a política tenha o poder de determinar, sozinha, o tamanho que aquele grupo ideológico possui na região. O jornalista Christophe Deborsu, apresentador na RTL Info, acredita ser perigoso abrir o microfone para discursos problemáticos, e defende que “Dar a palavra ao vivo à extrema-direita é como organizar um jogo de futebol e permitir que uma das duas equipes jogue com as mãos”¹⁸ (Comhaire, 2022, p. 4, tradução nossa).

O redator-chefe do jornal *Le Soir*, Christophe Berti, reflete sobre o sentido de evitar uma normalização do que é dito por esses políticos. Uma ação verbal, portanto, pode constituir-se infração, crime. “Eu acho que por trás disso há uma enorme reflexão sobre transformar delitos em opiniões” (Berti – entrevista, 30 jan. 24). Isso quer dizer que o ato de fala é tomado como uma ação por essa cultura jornalística, sendo possível que crimes sejam cometidos pelo que se diz. Essa é a mesma lógica de crimes como o racismo e a transfobia, previstos na legislação brasileira. Estes crimes são cometidos, também, pelo falar

Para muitos, o espaço dado a esses atores contribui diretamente com sua popularidade. O jornalista Fabrice Grosfilley cita o caso Jean-Marie Le Pen, que ganhou popularidade na França após ser convidado para o programa *L'Heure de Vérité*, nos anos 80 (Comhaire, 2022). O jornalista flamengo Water Zinzen (2023) afirma que o grupo se utiliza de populismo, apelo e mentiras para minar um debate honesto. Por outro lado, Luckas Vander Taelen (2022, on-line), também jornalista em Flandres, acredita que o cordão pode reforçar a extrema-direita: “Quando a mídia, *in illo tempore*, desprezou o Vlaams Blok, o partido se fortaleceu cada vez mais. Portanto, sim, faz sentido iniciar um debate com um partido que corre o risco de se tornar o principal partido em sua região”. O profissional reconhece que o Vlaams Belang não parou de crescer depois de conseguir acesso à mídia, mas defende que não se pode dizer que esse crescimento não ocorreria sem o acesso.

Os profissionais francófonos atribuem responsabilidade ao cordão sanitário midiático na contenção da extrema-direita populista na Valônia, mas sempre aliando a outros fatores, como a ausência de um líder

¹⁶ No original: “Le cordon sanitaire médiatique implique de ne pas laisser le champ libre à la parole d’extrême droite, sans garde-fou”.

¹⁷ No original: “hommes et femmes politiques d’extrême droite puissent prendre la parole librement”.

¹⁸ No original: “Donner la parole à l’extrême-droite en direct, ce serait comme organiser un match de foot en permettant à une des deux équipes de jouer avec les mains”.

forte e carismático no grupo ou a ligação histórica das camadas populares aos partidos de esquerda. Para Azar (entrevista, 18 dez. 24), “É por causa do cordão sanitário midiático que não há crescimento da extrema-direita na Bélgica francófona? Não é certo, mas sem dúvida isso desempenha um papel”. Dorian de Meeûs (entrevista, 25 jan. 24) diz que isso certamente tem um impacto, “Mas podemos também estimar que a extrema-direita não emerge por não ter uma personalidade carismática”. Christophe Berti (entrevista, 30 jan. 24) aposta em uma variedade de fatores, como elementos sociológicos e a ligação dos partidos tradicionais com a população: “Mas é evidente que não dar a palavra à extrema-direita desempenha seu papel nesse nível”.

O cordão sanitário da mídia ataca o princípio da liberdade de expressão?

Quando a questão é a possibilidade de o cordão ser uma forma de censura ou de ataque à liberdade de expressão, duas perspectivas se destacam. A primeira defende que a estratégia não agride o princípio democrático por dois motivos principais: por acreditar que a imprensa não é obrigada a divulgar nenhum tipo de conteúdo, e por defender que a liberdade daqueles partidos só seria atacada se eles fossem completamente ignorados pelo noticiário, o que não acontece. A segunda linha acredita que o cordão sanitário seja, de fato, uma forma de censura e cerceamento da liberdade de expressão, mas que se trata de uma medida necessária para a preservação da própria democracia.

De Haan (entrevista, 18 jan. 24) contesta o uso do termo “censura”, pois defende que, se a constituição belga diz que não pode haver censura, é sobre a censura à imprensa que ela se referiria: “[...] a imprensa e todo o desenvolvimento deontológico em torno do cordão sanitário estabelece que os jornalistas são livres para escolher seus interlocutores e são livres sobre a maneira como os tratam. [...] Jornalistas não são porta-microfones, são atores”.

Alguns jornalistas argumentam que a liberdade de expressão não é violada pelo fato de nenhum partido ser ignorado, mas apenas ter seu livre acesso negado. “Não estamos impedindo a publicação de informações de interesse geral e público, [...] mas nos certificando de que não podemos ser coautores desses crimes, pois é disso que se trata. Um meio de comunicação não pode ser acusado de censura se respeitar a lei” (Jacqmin – entrevista, 22 jan. 24). Berti (entrevista, 30 jan. 24) acredita que é preciso diferenciar entre dar a palavra à extrema-direita e não tratar desses atores: “Seria uma forma de censura se nós não tratássemos da extrema-direita. [...] Nós escrevemos sobre a extrema-direita quase todos os dias. Nós temos especialistas em extrema-direita aqui. Nós investigamos a extrema-direita”.

Na segunda linha, outros jornalistas defendem que a estratégia é sim uma forma de censura, mas que é justificada. “É uma forma de interdição de dar a palavra, dentro de condições específicas, a um pensamento político, a ideias consideradas nauseantes, perigosas. É também uma forma de defesa dos valores democráticos” (De Meeûs – entrevista, 25 jan. 24). Thiry (entrevista, 10 jan. 24) defende que se pode limitar a liberdade de expressão dentro de diferentes condições, como no caso do cordão sanitário midiático belga, que se baseia na Convenção Europeia dos Direitos Humanos: “É preciso que seja proporcional. Aqui, ela é proporcional porque não é uma interdição de falar. Então, é uma limitação da liberdade de expressão, mas que é proporcional, enquadrada pelos textos legais”.

O contexto social no qual a estratégia está inserida

Apesar de já ultrapassar os 30 anos de aplicação, o cordão sanitário midiático da Bélgica francófona continua sendo uma política regional, inclusive não encontrando similitudes em países vizinhos, como a

França, cuja produção jornalística tem entrada relevante entre o público da Valônia¹⁹. Jornalistas acreditam que alguns elementos podem ser entendidos como responsáveis por favorecer a aplicação e a durabilidade da estratégia, como a fragilidade histórica da extrema-direita na região e o perfil da população local. “É mais complicado evocar a extrema-direita do que não evocar”²⁰, avalia o jornalista Paul Piret (Comhaire, 2022, p. 5, tradução nossa). Para ele, procurar esses atores demandaria mais trabalho e apuração, tirando os profissionais de sua zona de conforto. Por outro lado, alguns atores advogam que não trata-se de um contexto específico da região, mas apenas de uma questão de escolha e responsabilidade.

Boa parte dos jornalistas assegura que a inexpressividade eleitoral da ideologia facilita a aplicação: “O cordão sanitário é mais cômodo de se aplicar neste lado da fronteira linguística, pois nenhuma organização política de extrema-direita e nenhum líder credível jamais chegou a emergir de maneira durável”²¹ (Comhaire, 2022, p. 5, tradução nossa). “Na Bélgica francófona, nós temos o privilégio de a extrema-direita ser contornável”²², destaca Fabrice Grosfilley (Comhaire, 2022, p. 5, tradução nossa). De Haan (entrevista, 18 jan. 24) reforça que existe certo conforto da mídia francófona em não dar a palavra à extrema-direita, e que seria muito menos confortável para os jornalistas flamengos tentarem fazer o mesmo.

Na diretoria da VRT, a emissora de serviço público de língua holandesa, a VLAMS, está muito bem representada. Portanto, é muito difícil manter um cordão sanitário nessas condições. Não acho que nós, jornalistas de língua francesa, devamos nos gabar de ser heróis e combatentes da resistência. Sinceramente, foi muito fácil assumir essa posição.

O perfil da população da Valônia também é lembrado como fator que viabiliza a implantação do cordão sanitário midiático. A colunista Béatrice Delvaux (2019, on-line) acredita que alguns fatores que podem explicar isso são a ausência de uma base nacionalista e a proximidade do Partido Socialista da população.

Os serviços sociais e o apoio fornecido pelas sociedades de benefício mútuo e pelos sindicatos realmente deram às pessoas que estavam passando por dificuldades no trabalho, na saúde ou na vida a sensação de que não estavam sendo abandonadas. O político, por meio do PS, foi um ouvido atento e um recurso, e sua ação proporcionou uma solução.

Azar (entrevista, 18 dez. 23) acredita que o lado francófono possui certo orgulho de resistir ao extremo, o que seria uma característica histórica: “Os francófonos têm também uma cultura sindical muito mais forte [...]. E essa cultura sindical quer evidentemente que nós nos oponhamos a toda forma de extrema-direita, de racismo etc. Pois ela é, em geral, de esquerda”. Já Berti (entrevista, 30 jan. 24) alia a incapacidade da extrema-direita de se estruturar na região e a tendência à esquerda da população como explicação: “Existem especialistas que vos dirão que a extrema-direita não é, como cremos, sempre extremamente forte nas regiões pobres, mas ainda mais nas regiões ricas, com pessoas que têm medo de perder seus privilégios”.

Outros jornalistas afirmam não acreditar que existam fatores característicos específicos na região, mas que a adoção da estratégia é, sobretudo, uma escolha: “Não há nenhuma especificidade populacional que explique porque fazemos isso aqui e não fazem em outro lugar. Acho que foi realmente a mídia que tomou essa decisão em um momento importante” (Thiry, entrevista, 10 jan. 24). Jacqmin (entrevista, 22 jan. 24) defende que se trata de assumir responsabilidades.

19 Veículos jornalísticos franceses como a TF-1 e a France Télévisions aparecem como alguns dos mais assistidos na Bélgica francófona.

20 No original: “C'est plus compliqué d'évoquer l'extrême-droite que de ne pas l'évoquer”.

21 No original: “Le cordon sanitaire est plus commode à appliquer de ce côté de la frontière linguistique, car aucune organisation politique d'extrême droite, et aucun leader crédible, ne sont jamais parvenus à émerger durablement”.

22 No original: “En Belgique francophone, nous avons ce privilège que l'extrême-droite est contournable”.

A Valônia é um território social que tem uma forte semelhança com o Norte da França, com desertificação industrial, grandes dificuldades e desemprego de longo prazo, o que no Norte da França levou à ascensão da extrema-direita. Portanto, não acho que estejamos isentos, uma terra, uma ilha democrática no meio de um oceano, de extremismo de direita. Mas acho que algumas pessoas estão assumindo a responsabilidade de uma maneira diferente, e que a mídia está bem ciente disso.

Uma medida para a identificação da estratégia com o contexto regional pode ser a reação do público, que parece abraçar a medida no lado francófono. Alguns editores destacaram que nunca chegaram a receber qualquer reclamação da audiência sobre a aplicação do cordão. A percepção chega a ser de que isso sequer estaria em questão. “Pessoalmente, nunca vi grandes debates lançados sobre isso [...]. Enfim, eu acho que essa é uma questão que se coloca no interior da profissão de jornalista. Mas ao nível do público eu não tenho a impressão que exista realmente um debate” (De Haan – entrevista, 18 jan. 24).

Ao contrário, a aplicação do cordão pode ser considerada um critério para a credibilidade do veículo. Jacqmin (entrevista, 22 jan. 24), por exemplo, destaca que o público considera o cordão necessário, e que uma prova disso seria a reação a uma entrevista de alguns segundos feita pela RTBF com o presidente do partido Chez Nous: “Isso criou um verdadeiro alvoroço na sociedade belga. Os órgãos intermediários nos chamaram, dizendo: ‘Você está realmente respeitando o cordão sanitário?’”. O jornalista destaca que há uma vigilância clara da sociedade, feita principalmente pelos “corpos intermediários”, como o CSA e o CDJ. Azar (entrevista, 18 dez. 2023), por sua vez, fala como a relação entre a aplicação do cordão sanitário e a credibilidade varia a depender da região do país.

Em outras palavras, se fôssemos aplicar o cordão sanitário da mídia em Flandres, acredito sinceramente que isso afetaria a credibilidade. Porque os jornalistas são frequentemente, e nem sempre com razão, vistos como de esquerda. Se também aplicarmos o cordão sanitário da mídia, há o risco de o público sentir que, sim, isso é censura e é injusto. E assim perdemos a credibilidade de representar efetivamente todos os cidadãos. Mas, mais uma vez, no lado de língua francesa, não acho que isso tenha qualquer efeito. Pelo contrário. Ela dá à mídia que a aplica a garantia de que é uma mídia séria que não colaboraria com a extrema-direita.

As experiências diferenciadas percebidas em dois ecossistemas midiáticos do mesmo país (Valônia e Flandres) apontam para uma relação estreita entre a adoção do cordão sanitário midiático e uma cultura profissional específica. “Essa noção está relacionada à forma como os estudos de *newsmaking* situam a cultura jornalística: como um referencial que delimita as condições de interação entre jornalistas, fontes, organização e público” (Pereira; Sousa; Moura, 2014, p. 50). O próprio processo de implementação da estratégia por adesão, como detalhamos anteriormente, indica que a imprensa da Valônia compartilha significações que permitem a adoção da estratégia.

Na Bélgica, os discursos de ódio e descriminação são crimes, delitos. A aplicação do cordão sanitário midiático é, assim, defendida pelos jornalistas como sendo o cumprimento da lei, evitando um ato de cumplicidade. Os discursos demonstram que existe uma noção de coautoria quando se trata de publicar e publicizar (como no ao vivo) o discurso das fontes. Isso complexifica a ideia de autoria no jornalismo, já que o produto jornalístico traz em si uma ideia de sujeito coletivo, e “a identidade editorial constrói também um sujeito coletivo jornalístico a partir de um feixe de elementos submetidos a arranjos mais ou menos diferenciados de acordo com os jornais” (Ringoot, 2013, p. 49).

O cordão acaba validado pelas fontes de informação mais relevantes, já que os atores excluídos pela estratégia são também excluídos do Governo e das alianças políticas, estando à margem da disputa pelo poder local; pelo público, que autoriza a estratégia, seja por não problematizá-la ou por, em alguma medida, denunciar sua aplicação; e pelas organizações, que ganham em credibilidade e se apropriam de um discurso de responsabilidade que as diferencia estrategicamente de outros veículos.

Considerações finais

Este artigo teve como proposta a reflexão sobre como jornalistas da Bélgica francófona compreendem e lidam com declarações consideradas “problemáticas”. Apresentamos o caso do cordão sanitário midiático belga praticado na região da Valônia-Bruxelas, uma estratégia singular de demarcação midiática voltada para isolar o que é dito por atores antidemocráticos, racistas e sexistas. A pesquisa identificou que, mesmo tratando-se de uma prática autorregulatória, o cordão sanitário midiático é uma política institucionalizada e sólida, difícil de ser rompida por haver uma vigilância de setores da sociedade. Esse cordão é, hoje, intrínseco à cultura jornalística da região francófona belga.

A prática está inserida em uma cultura jornalística e em um contexto social que a sustentam. Os discursos de ódio são apontados como um delito na Bélgica, e nesse sentido, os jornalistas advogam não querer fazer parte disso. A principal observação a ser feita é a consideração da coautoria no ao vivo, seja no rádio ou na TV. O sujeito não seria apenas a fonte entrevistada, mas um sujeito coletivo formado por todos os atores sociais em cena numa transmissão ao vivo.

A pesquisa nos permite vislumbrar ser possível a adoção de estratégias mais incisivas, diferentes do que é frequentemente identificado em culturas jornalísticas diversas, como a brasileira. Ainda que não de forma institucionalizada, a mídia em outros países pode vir a utilizar estratégias de demarcação em momentos-chave, como no caso em que grandes emissoras de TV americanas interromperam uma transmissão do então presidente Donald Trump por identificar que ele fazia acusações falsas sobre uma suposta fraude nas eleições do país (Putti, 2020).

O olhar sobre estratégias variadas para lidar com declarações também nos permite avançar em uma melhor reflexão sobre o fenômeno do jornalismo declaratório, pois nos mostra como essa prática ganha nuances a partir da cultura jornalística local. Na Bélgica, a estratégia de tratamento varia de acordo com o tipo da declaração e do ator que a proferiu. A prática do cordão sanitário midiático evidencia uma confiança no tratamento jornalístico, viabilizado fora do “ao vivo”, para garantir uma informação qualificada e alinhada à deontologia da profissão.

Referências

ARAÚJO, A. Elementos para uma reflexão sobre o jornalismo declaratório. **Contracampo**, Niterói [on-line], v. 42, n. 3. set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v42i3.57180>. Acesso em: 20 dez. 2025.

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução e apresentação à edição brasileira de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZAR, J. Depoimento de Joyce Azar [18 dez. 2023]. Bruxelas. 1 arquivo.mp3 (28min54seg). Entrevista concedida para a pesquisa sobre o cordão sanitário midiático belga.

BARSOTTI, A. As mentiras de Bolsonaro e o jornalismo declaratório: como a imprensa contribuiu para ampliar a desinformação sobre o meio ambiente. **Eco-Pós**, on-line, v. 26, n. 1, p. 79-104, 2023.

BERTI, C. Depoimento de Christophe Berti [30 jan. 2024]. Bruxelas. 1 arquivo.mp3 (20min30seg). Entrevista concedida para a pesquisa sobre o cordão sanitário midiático belga.

BIARD, B. La lutte contre l’extrême droite en Belgique. **Courrier Hebdomadaire du CRISP**, on-line, v. 39, n. 2524-2525, p. 5-114, 2021.

BROUSTAU, N.; JEANNE-PERRIER, V.; LE CAM, F.; PEREIRA, F. H. A entrevista de pesquisa com jornalistas. **Sur le Journalisme - About Journalism - Sobre Jornalismo**, on-line, v. 1, n. 1, p. 14-21, 2012.

CDJ – Conseil de Déontologie Journalistique. La couverture des campagnes électorales dans les médias. **Les carnets de la Deontologie**, n. 11, jul. 2023. Disponível em: <https://www.lecdj.be/fr/couverture-des-campagnes-electorales-dans-les-medias-une-mise-a-jour-du-cdj-en-vue-du-quadruple-scrutin-de-2024/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CHAGAS, L. Jornalismo declaratório e a naturalização dos fatos na seleção das fontes. **Contemporânea**: Revista de Comunicação e Cultura, on-line, v. 20, n. 2, p. 50-67, maio/ago. 2022.

CHAGAS, L.; CRUZ, M. C. Rádio que virou partido: jornalismo declaratório e passividade na cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan. **Radiofonias**: Revista de Estudos em Mídia Sonora, on-line, v. 13, n. 2, p. 33-52, jan./abr. 2022.

COMHAIRE, G. Trente ans de cordons, et combien encore?. **Association des Journalistes Professionnels**, on-line, p. 4-7, maio 2022. Disponível em: <https://www.ajp.be/wp-content/uploads/2022/06/247Dossier.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CSA – Conseil Supérieur de L’Audiovisuel. **Règlement relatif aux programmes sur les services de médias audiovisuels en période électorale**. Out. 2023. Disponível em: <https://www.csa.be/document/reglement-relatif-aux-programmes-sur-les-services-de-medias-audiovisuels-en-periode-electorale/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

DE HAAN, M. Depoimento de Mark de Haan [18 jan. 2024]. Bruxelas. 1 arquivo.mp3 (45min1seg). Entrevista concedida para a pesquisa sobre o cordão sanitário midiático belga.

DE JONGE, L. The Populist Radical Right and the Media in the Benelux: Friend or Foe?. **The International Journal of Press/Politics**, v. 24, n. 2, p. 189-209, 2019.

DE JONGE, L. The Curious Case of Belgium: Why is There no Right-Wing Populism in Wallonia?. **Government and Opposition**, on-line, n. 56, p. 598-614, 2021a.

DE JONGE, L. Comment les médias flamands traitent les partis populistes de droite. **Revue Politique**, on-line, 16 abr. 2021b. Disponível em: <https://www.revuepolitique.be/comment-les-medias-flamands-traitent-les-partis-populistes-de-droite/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

DELVAUX, B. Gare à regarder la Flandre en se pinçant le nez!. **Le Soir**, on-line, jun. 2019. Disponível em: <https://lesoir.be/231846/article/2019-06-20/gare-regarder-la-flandre-en-se-pincant-le-nez>. Acesso em: 20 dez. 2025.

DE MEEÙS, D. Depoimento de Dorian de Meeùs [25 jan. 2024]. Bruxelas. 1 arquivo.mp3 (23min03seg). Entrevista concedida para a pesquisa sobre o cordão sanitário midiático belga.

DIGITAL NEWS REPORT 2023. Oxford: Reuters Institute; University of Oxford, 2023. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. Editora Atlas: São Paulo, 2005. p. 62 – 83 .

EKSTRÖM, M. Interviewing, Quoting and the Development of Modern News Journalism A Study of the Swedish Press 1915-1995. In: EKSTRÖM, M.; KROON, A.; NYLUND, M. (org.). **News from the Interview Society**. Göteborg: Nordicom, 2006. p. 21-48.

FALCINELLI, S. PTB et Vlaams Belang sur nos antennes: un cordon sanitaire élastique?. **RTBF ACTUS**, on-line, maio 2019. Disponível em: <https://www.rtbf.be/article/ptb-et-vlaams-belang-sur-nos-antennes-un-cordon-sanitaire-elastique-10231957>. Acesso em: 20 dez. 2025.

FALCINELLI, S. Extrême droite: pourquoi leur donner la parole, ce n'est pas forcément rompre le cordon sanitaire. **RTBF ACTUS**, on-line, maio 2020. Disponível em: <<https://www.rtbf.be/article/extreme-droite-pourquoi-leur-donner-la-parole-ce-n'est-pas-forcement-rompre-le-cordon-sanitaire-10506200>>. Acesso em: 20 dez. 2025.

FOLEY, G.; TIMONEN, V.; CONLON, C.; O'DARE, C. Interviewing as a Vehicle for Theoretical Sampling in Grounded Theory. **International Journal of Qualitative Methods**, on-line, v. 20, p. 1-10, 2021. DOI: 10.1177/1609406920980957.

GEHRKE, M.; TRÄSEL, M.; RAMOS, A.; OZORIO, J. All the President's Lies: How Brazilian News Media Addressed False and Inaccurate Claims in Their Titles. **Journalism Practice**, on-line, v. 19, n. 1, p. 151-168, 2023. DOI: 10.1080/17512786.2023.2174579.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The Discovery of Grounded Theory**: Strategies for Qualitative Research. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.

GOMES, W. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. (org.). **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

HALLIN, D. C. **The “Uncensored War”**: The Media and Vietnam. Nova York: Oxford University Press, 1986.

JACK, C. **Lexicon of Lies**: Terms for Problematic Information. Nova York: Data & Society Research Institute, 2017.

JACQMIN, J. P. Depoimento de Jean Pierre Jacqmin [22 jan. 2024]. Bruxelas. 1 arquivo.mp3 (22min38seg). Entrevista concedida para a pesquisa sobre o cordão sanitário midiático belga.

JUKER, A.; BERGER, M. The Development of Discourse Presentation in The Times, 1833–1988. **Media History**, on-line, v. 20, n. 1, p. 67-87, 2024.

KOVACH, B.; ROSENTIEL, T. **Blur**: How to Know What’s True in the Age of Information Overload. Nova York: Bloomsberg, 2010.

KOVACH, B.; ROSENTIEL, T. **The Elements of Journalism Revised and Updated**: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect. 4. ed. Nova York: Crown, 2021.

LANDERT, D. Reportable Facts and a Personal Touch: The Functions of Direct Quotes in Online News. In: ARENDHOLZ, J.; BUBLITZ, W.; KIRNER-LUDWIG, M. (ed.). **The Pragmatics of Quoting Now and Then**, Berlin; Boston: De Gruyter, 2015. p. 29-52.

LEFKOWITZ, J. “Tabloidization” or Dual-Convergence: Quoted Speech in Tabloid and “Quality” British Newspapers 1970–2010, **Journalism Studies**, on-line, v. 19, n. 3, p. 353-375, 2016.

MUDDE, C. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MUNIVE, M. Periodismo de declaraciones: cuando la prensa renuncia a ser el lugar de los hechos. **Conexión**, Lima, v. 5, n. 6, p. 43-57, 2016.

NYLUND, M. Quoting in Front-Page Journalism: Illustrating, Evaluating and Confirming the News. **Media, Culture & Society**, Glasgow, v. 25, p. 844-851, 2003.

OBIEDAT, N. The Pragma-Ideological Implications of Using Reported Speech: The Case of Reporting on the Al-Aqsa Intifada. **Pragmatics**, Antuérpia, v. 16, n. 2/3, p. 275-304, 2006.

PADIOLEAU, J. G. **Le Monde et Le Washington Post**. 1. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

PEREIRA, F. H.; SOUSA, J.; MOURA, D. O. Valores e cultura profissional dos estudantes de jornalismo em Brasília. **Estudos em Comunicação**, Curitiba, n. 17, p. 47 -74, 2014.

PUTTI, A. Emissoras interrompem discurso de Trump por conter informações falsas. **CartaCapital**, on-line, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/emissoras-interrompem-discurso-de-trump-por-conter-informacoes-falsas/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RECUERO, R.; SOARES, F. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso, **E-Compós**, on-line, v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2127.

REGINATO, G. **As finalidades do jornalismo**: o que dizem veículos, jornalistas e leitores. 260 f. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RINGOOT, R. Gênero, *ethos* e autoridade jornalísticos. In: SEIXAS, L. F.; PINHEIRO, N. F. **Gêneros**: um diálogo entre Comunicação e Linguística. Florianópolis: Insular, 2013. p. 39-56.

ROCA, R.; GORDILLO, M. Tuits políticos como nuevo ejemplo de periodismo cínico basado en declaraciones: un estudio comparativo del avance de la extrema derecha en Andalucía. **Textual & Visual Media**, on-line, n. 14, p. 80-101, 2021.

RODRIGUES, T.; FERREIRA, D. Estratégias digitais dos populismos de esquerda e de direita: Brasil e Espanha em perspectiva comparada. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1070-1086, maio/ago. 2020.

ROODUIJN, M. The Rise of the Populist Radical Right in Western Europe. **European Review**, Cambridge, n. 14, v. 1, p. 3-11, 2015.

SCHUDSON, M. News and Democratic Society: Past, Present, and Future. **The Hedgehog Review**, Charlottesville, v. 10, n. 2, p. 7, 2008.

SEIXAS, L. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: proposta de novos critérios de classificação. Salvador: LabCom, 2009.

THIRY, G. Depoimento de Geneviéve Thiry [10 jan. 2024]. Bruxelas. 1 arquivo.mp3 (51min35seg). Entrevista concedida para a pesquisa sobre o cordão sanitário midiático belga.

TUCHMAN, G. Objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Pontinha: Vega, 1999. p. 59-78.

VANDER TAELEN, L. L'aversion des francophones pour la Flandre: le retour du péché originel. **DAAR DAAR**, on-line, maio 2022. Disponível em: <https://daardaar.be/rubriques/politique/laversion-des-francophones-pour-la-flandre-le-retour-du-peche-originel/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

VÁZQUEZ-BERMÚDEZ, M. A. Los medios toman partido. **Ámbitos**, Sevilla, n. 15, p. 257-267, 2006.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making**. Estrasburgo: Council of Europe Report, 2017. v. 27.

ZAGO, G. O Twitter como fonte para o jornalismo. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v. 10, n. 20, 2011.

ZELIZER, B. “Saying” as Collective Practice: Quoting and Differential Address in the News. **Text & Talk**, Berlim, v. 4, n. 9, p. 369-388, 1989. Disponível em: https://repository.upenn.edu/asc_papers/662. Acesso em: 20 dez. 2025.

ZINZEN, W. Pourquoi j'ai toujours refusé d'interviewer en direct un membre du Vlaams Blok. **DAAR DAAR**, on-line, jan. 2023. Disponível em: <https://daardaar.be/rubriques/politique/pourquoi-jai-toujours-refuse-dinterviewer-en-direct-un-membre-du-vlaams-blok/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

Informações do artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

O artigo se origina da pesquisa “Como o jornalismo lida com declarações ‘problemáticas’: um paralelo entre o Cordão Sanitário Midiático da Bélgica francófona e o jornalismo declaratório em contexto brasileiro”, realizada durante doutorado sanduíche do autor principal, Arthur Silva de Araújo, com tese em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (Póscom-UFBA).

Fontes de financiamento

Programa Institucional de Internacionalização (PRINT), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Apresentação anterior

Não se aplica.

Agradecimentos/Contribuições adicionais

Não se aplica.

Informações para textos em coautoria

Concepção e desenho da pesquisa

Arthur Silva de Araújo, David Domingo e Lia da Fonseca Seixas

Coleta de dados

Arthur Silva de Araújo

Análise e/ou interpretação dos dados

Arthur Silva de Araújo, David Domingo e Lia da Fonseca Seixas

Escrita e redação do artigo

Arthur Silva de Araújo e Lia da Fonseca Seixas

Revisão crítica do conteúdo intelectual

David Domingo e Lia da Fonseca Seixas

Formatação e adequação do texto ao template da E-Compós

Arthur Silva de Araújo

Informações sobre cuidados éticos e integridade científica

A pesquisa que resultou neste artigo teve financiamento?

Sim.

Financiadores influenciaram em alguma etapa ou resultado da pesquisa?

Não.

Liste os financiadores da pesquisa:

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com os financiadores da pesquisa?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não há vínculos deste tipo.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização mencionada pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior: Não há vínculos deste tipo.

Autora, autor, autores têm algum vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização que pode ser afetada direta ou indiretamente pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não há vínculos deste tipo.

Interferências políticas ou econômicas produziram efeitos indesejados ou inesperados à pesquisa, alterando ou comprometendo os resultados do estudo?

Não.

Que interferências foram detectadas?

Não se aplica.

Mencione outros eventuais conflitos de interesse no desenvolvimento da pesquisa ou produção do artigo:

Não há conflitos de interesse.

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com seres humanos?

Sim.

Entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e experimentações envolvendo seres humanos tiveram o conhecimento e a concordância dos participantes da pesquisa?

Sim.

Participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?

Não. A forma de divulgação dos dados foi combinada com os seis entrevistados, ficando acordada a utilização estritamente acadêmica das entrevistas e a não utilização da voz gravada, apenas das falas transcritas.

A pesquisa tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa?

Não.

O Comitê de Ética em Pesquisa aprovou a coleta dos dados?

Não se aplica.

Mencione outros cuidados éticos adotados na realização da pesquisa e na produção do artigo:

Tivemos o cuidado de reforçar com cada um dos entrevistados o direito ao anonimato. Todos eles, no entanto, autorizaram a divulgação de seus nomes, funções e empresas nas quais trabalham, reafirmando que se responsabilizavam pelas declarações dadas durante a entrevista.